

Economia

TECNOLOGIA

GS1 investe em ações para disseminar rastreabilidade

Centro de inovação e tecnologia quer popularizar automação no País

Fernando Soares, de São Paulo
fernando.soares@jornaldocomercio.com.br

No intuito de popularizar a adoção da rastreabilidade no Brasil, a Associação Brasileira de Automação (GS1 Brasil) criou um espaço para mostrar às empresas as tecnologias disponíveis no mercado. Trata-se do Centro de Inovação e Tecnologia (CIT), localizado em São Paulo. O espaço simula ambientes de indústria e varejo, demonstrando, na prática, o impacto da adoção de cada um dos seis padrões de tecnologia disponíveis para mapear todas as etapas da fabricação de um produto até que ele chegue ao consumidor final.

“Demonstrar e explicar no local facilita o entendimento sobre o funcionamento delas. Pretendemos tornar esse espaço um ponto

de encontro tecnológico para os segmentos que estão conosco e também para estudantes e pequenas empresas”, salienta o presidente da GS1 Brasil, João Carlos de Oliveira. Nesse sentido, o dirigente lembra que, por mais que as ferramentas para a implantação da rastreabilidade estejam disponíveis, elas ainda são pouco utilizadas no País.

“Essas tecnologias são tendências e, ao mesmo tempo, já estão disponíveis. Mas hoje temos somente experiências isoladas de rastreabilidade em alguns setores”, diz Oliveira. O presidente lembra que os custos para implantação de soluções do gênero ainda afastam algumas companhias. Entretanto, segundo o executivo, a estratégia pode trazer, no longo prazo, redução de custos para toda a cadeia produtiva, per-

mitindo que uma companhia otimize sua atividade.

Atualmente, a GS1 Brasil possui cerca de 57 mil empresas associadas, situadas em mais de 20 segmentos. Algumas dessas áreas terão um papel crucial na expansão da iniciativa no País. É o caso da indústria farmacêutica, que precisará adotar a rastreabilidade em 100% da cadeia até dezembro de 2016, conforme determinação da Anvisa. “Até o fim de 2015, todas as empresas precisarão rastrear três lotes diferentes de medicamentos”, ressalta a coordenadora da área de negócios da GS1 Brasil, Ana Paula Maniero.

Nesse sentido, Ana Paula destaca que o acompanhamento da trajetória dos medicamentos é permitida por meio da adoção do código de barras bidimensional GS1 DataMatrix. Assim, será



Meta é municiar consumidor, diz Cruz, ao lado do sistema DataMatrix

possível saber quando o remédio foi fabricado e onde ele foi consumido. O DataMatrix conterá informações como lote, validade e número serial do produto. Os dados serão reunidos em um Identificador Único de Medicamento (IUM), uma espécie de RG de cada unidade.

Outro objetivo da associação é municiar o consumidor final com informações na hora da compra. Desta forma, a GS1 Brasil passa a disponibilizar, a partir desta sexta-feira, gratuitamente, um aplicativo para smartphones chamado Inbar. “O apli-

cativo tem uma função de leitor de código de barras. Quando o consumidor estiver no supermercado e passar o celular em cima no código, ele terá informações sobre a data de validade e a origem do produto”, destaca Wilson Cruz, coordenador do Centro de Inovação e Tecnologia. Em um primeiro momento, a plataforma está disponível apenas para os sistemas Windows Phone e Android. Em breve, deverá ir ao ar a versão para o iOS. No início, já há mais de 750 mil artigos cadastrados de aproximadamente 7,5 mil empresas.

INFRAESTRUTURA

Grandes bancos públicos e privados voltarão a financiar distribuidoras de energia

Os grandes bancos que integrarão o consórcio para um novo empréstimo de R\$ 6,5 bilhões à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) terão fatia proporcional à concedida aos R\$ 11,2 bilhões, assinados em abril.

Segundo fontes do governo ouvidas pela reportagem, os bancos que participarão proporcionalmente são Caixa, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Santander e BTG. Do total de R\$ 6,5 bilhões do empréstimo em negociação agora, R\$ 3,5 bilhões virão dos bancos públicos e privados e R\$ 3 bilhões do Bndes. A expectativa é de que oito dos dez bancos da operação inicial partici-



Do total de R\$ 6,5 bilhões, virão do setor bancário R\$ 3,5 bilhões

pem do novo empréstimo.

Apenas os bancos menores não deverão integrar o consórcio.

O desembolso do financiamento deverá ocorrer na primeira quinzena de agosto e os bancos

ficaram de confirmar sua participação até amanhã. O anúncio do consórcio deverá ocorrer na próxima semana.

Uma fonte esclareceu que tem havido uma confusão no mercado com relação a esse empréstimo à CCEE e o financiamento à Eletrobrás, a ser feito por BB e Caixa. “São coisas diferentes”, destacou a fonte. A Caixa não participará do novo empréstimo à CCEE com R\$ 2,5 bilhões. Esse foi o valor da primeira operação com a CCEE. A Eletrobrás deve ter R\$ 4 bilhões do Banco do Brasil e R\$ 2,5 bilhões da Caixa até 5 de agosto.

O Bradesco anunciou nesta quinta que está avaliando a

participação na nova rodada de empréstimos, de acordo com o presidente do banco, Luiz Carlos Trabuco Cappi. “Existe negociação dentro da normalidade. Isso está em avaliação, com interesse. É uma operação consorciada”, afirmou ele, em teleconferência com a imprensa.

Pesará na avaliação do Bradesco em participar do novo empréstimo, segundo Trabuco, retorno compatível com o custo da operação e, principalmente, a estrutura de garantias. O executivo não disse, porém, qual deve ser o tamanho da participação do banco na operação, caso a instituição realmente esteja no pool de bancos.

Anatel defenderá em juízo novo Regulamento Geral de Direitos do Consumidor para teles

Uma série de obrigações determinadas pelo novo Regulamento Geral de Direitos do Consumidor (RGC) de serviços de telecomunicações colocaram a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e as empresas do setor em polos opostos. A discussão sobre as novas determinações, inclusive, já chegou à Justiça e isso significa que parte das novidades estabelecidas pelo RGC não está valendo, pois a Justiça concedeu medida liminar impedindo a agência de exigir de algumas empresas o cumprimento de determinadas regras do regulamento. A Anatel divulgou nota afirmando que defenderá em juízo, por meio

da Advocacia-Geral da União, a legalidade dos artigos do regulamento.

Parte do Regulamento Geral dos Direitos do Consumidor de Telecomunicações entrou em vigor, oficialmente, em oito de julho. Outras obrigações devem entrar em vigência em períodos escalonados, até estarem implantadas integralmente, em março de 2016. A Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (Telcomp), no entanto, teve medida liminar concedida em 24 de julho pelo juiz da 21ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, impedindo a agência reguladora de exigir

de algumas empresas o cumprimento de determinadas regras fixadas pelo novo regulamento. A Anatel criticou essa postura e afirma que a liminar foi concedida antes de serem ouvidas as alegações da agência.

O efeito prático dessa disputa, esclarece a própria Anatel, é que com a decisão liminar, as empresas associadas à Telcomp estão desobrigadas, entre outros pontos, de realizar o retorno imediato para consumidores cujas ligações efetuadas aos call centers tenham sofrido interrupção, exigência do novo RDC. As companhias também foram desobrigadas de estender para os clientes antigos os mesmos benefícios das

ofertas praticadas com objetivo de captar novos clientes, que são outras novidades estabelecidas pelo regulamento.

A medida liminar envolve as empresas associadas à Telcomp, o que inclui grandes operadoras de telecomunicações do Brasil, como Algar Telecom, Claro, Embratel, GVT, Net, Nextel, Sky, TIM Celular, Oi Móvel e Vivo. A associação pede, também, que os artigos do RGC suspensos por liminar sejam considerados nulos. Solicitam, ainda, que os contratos com pessoas jurídicas não sejam regidos pelo regimento. “Tais pedidos, contudo, ainda dependem de decisão judicial”, afirma a Anatel, em nota.